

SKINNER, Quentin. *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996. (ISBN 0 521 55436 5; US\$ 49, 95 hardback).

RAZÃO E RETÓRICA NA FILOSOFIA DE THOMAS HOBBS

Roberto Romano

Universidade Estadual de Campinas

Quentin Skinner se notabiliza pela grande quantidade de textos publicados nos últimos anos, a maioria deles sobre o pensamento político e filosófico. Nem todos os seus escritos suscitam entusiasmo nos que se dedicam ao estudo das fontes. Certos manuais de sua lavra, embora úteis aos iniciantes, generalizam formas particulares, abstraem de modo excessivo certos ângulos históricos e teóricos, dando a falsa impressão de um domínio “completo” dos campos expostos. Por semelhantes motivos, é boa surpresa o recente *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*. Seria desejável que o texto fosse traduzido e publicado no Brasil, por motivos que apresento adiante. Entremos no essencial do livro. Quais as suas novidades? A primeira, é o paciente estudo das bases retóricas, clássicas, de que se valeu Hobbes. Vários trabalhos se preocuparam, desde o século vinte, em dissecar a estrutura argumentativa hobbesiana, trazendo-a para longe ou perto do ofício da persuasão. Na superfície, a atitude de Hobbes é contrária à retórica, seguindo procedimentos científicos e matemáticos que dispensariam a fábrica de sofismas inaugurada na Grécia e próspera no Império Romano e na sua herdeira, a Igreja Católica. Mas, em sentido contrário, com base em sólida análise das fontes, Skinner prova a real importância da retórica nos escritos hobbesianos. Em capítulos eruditos e rigorosos, o livro exhibe, passo a passo, a forma cultural anterior à episteme que presidiu a escrita do século XVII, o desconhecido e caluniado “humanismo renascentista”. A primeira parte do trabalho realiza um *survey* da problemática retórica na Inglaterra do Renascimento, desde o *curriculum* escolar até a política, a jurisprudência, a filosofia. Particularmente importantes são os capítulos 3 e 5 desta parte (“The Means of Persuasion” e “The Uses of Imagery”). Este último capítulo resume as técnicas de manipulação dos ouvidos tendo em vista os alvos do locutor (“Converting auditors into spectators”), e os modos de uso das imagens “temperadas” pelo juízo. Todo estudioso cultivado percebe a importância destes tópicos. O pensador que se preocupa com a persuasão demagógica sabe o quanto é estratégico o uso das imagens nas falas religiosas, políticas, econômicas etc. Basta ter lido o *Sermão da Sexagésima*, do Padre Vieira, para se aquilatar o peso da reflexão sobre a imagem, na Antiguidade e na época moderna. Basta ter lido, entre os teóricos mais importantes do século vinte, o monumento de Rosemund Tuve sobre a imagética dos séculos XVI e XVII.

Hobbes utilizou a retórica do imaginário mecânico à exaustão, para expor o Estado-máquina que garantiria a vida de todos e de cada um. Se acompanharmos seus textos, podemos notar as mudanças iminentes a este ideário, unido à cultura onde Galileu é um marco. O livro da natureza, e o da política, das paixões humanas etc., foi escrito em caracteres matemáticos. O platonismo invade as dobras das exposições teóricas, evidenciando enorme desconfiança frente ao retor e ao sofista, seu irmão de armas e de intentos. O autor do *Leviatã* partilhou esta suspeita até o fim da vida. Mas não por falta de saberes e de meios persuasivos. Pelo contrário. Ele está consciente da advertência, posta no diálogo platônico: “mente melhor, quem mais conhece”. Por isto mesmo, Hobbes tenta, nos seus textos iniciais, romper com os encantos da retórica, guardando a fé nos processos racionais e matemáticos, passíveis de serem atingidos pelos homens de modo desapaixonado.

Skinner, então, acompanha no progresso do próprio Hobbes os traços da retórica e da ciência. No capítulo 6, da segunda parte, são desenhadas as bases do humanismo inicial do filósofo. O capítulo 7 mostra a importante recusa hobbesiana da eloquência, especialmente na denúncia da *inventio*, da *elocutio* e do ataque ao ideal humanista do *vir civilis*. A *inventio* foi exorcizada por Hobbes, devido à bajulação da audiência, visando manipular a sua língua e seu pensamento. Todo bom demagogo sabe que é preciso armar o discurso de modo a torná-lo agradável aos ouvintes, repetindo o que estes últimos julgam ser verdadeiro, bom, honesto, belo. Nos *The Elements of Law* isto é dito com todas as letras. Se tomamos, diz Hobbes, como princípios “those opinions which are already vulgarly received”, terminamos caindo em enunciados “usually erroneous”.

Estes senões atingem o máximo na tese de que o alvo da eloquência “is not the truth but victory, so that

the truth is only attained by accident”. Nota irônica: falar sobre algo não significa “conhecer”. “For if the words alone were sufficient, a Parrot might be taught as well to know a truth, as to speak it”. Um gárrulo demagogo pode possuir conhecimentos, mas se limita, como o sofista perseguido nos diálogos platônicos, à “doxa”, o que, no entender de Hobbes, é pura sandice erudita. Diderot, leitor entusiasta de Hobbes, dirá que a “retórica é a arte de falar antes de pensar” (*Plano de Universidade para a Rússia*). Assim, é coerente a recusa hobbesiana da *elocutio*, com os enfeites imagéticos para mover as paixões dos ouvintes. O ataque mais duro segue contra o ideal clássico e renascentista do *vir civilis*. A eloquência é fonte da ruína da república, pensa Hobbes, e não um remédio para a sua longa duração. Os povos ignaros e seus “condutores” são como as bruxas (e bacantes) lideradas por Medéia, as quais desejavam rejuvenescer seu velho pai. Elas o picaram e jogaram numa panela fumegante. O ancião e a república morrem esfacelados pelos cortes. Nada mais. A retórica é perigosa, sobretudo se posta na língua dos que buscam, na política, os seus interesses pessoais. A *vir civilis* é louca. E também enlouquece o vulgo apaixonado.

Apesar de semelhantes recusas, cuja origem é ao mesmo tempo antiga (Platão) e moderna (a certeza da superior força matemática, via Galileu), Quentin Skinner mostra Hobbes reconsiderando sua atitude diante da retórica. Isto se expõe no excelente capítulo intitulado “*Hobbes’s Reconsideration of Eloquence*” (capítulo 9). Hobbes, antes, tinha insistido na razão enquanto força para persuadir. Mas perdeu esta confiança. Um dos motivos principais deste desencanto é a constatação, feita pelo filósofo, de que o povo cai “vehemently in love with their own new opinions (though never so absurd)”, e se torna “obstinately bent to maintain them”. A cabeça vulgar é dura, como repetirão incansavelmente os filósofos e cientistas, do século XVII aos nossos dias. Eigensinn, dirá Hegel, das mentes obstinadas e presas à opinião. Kant, no *Conflito das Faculdades*, sublinha o fato de que os membros do “povo”, que ele chama de “idiotas”, desejam “ser enganados”. Como lutar contra os preconceitos, segundo o programa da modernidade — cartesiana ou não — sem alguma retórica? Não basta a frase rápida, no *Discurso do Método*: “Je savais [...] que l’eloquence a des forces et des beautés incomparables”. Sim, belezas que, se não forem usadas, conduzem o pensador ao deserto, ao encerramento no Cogito, cuja saída é uma incógnita só revelada por Deus e pelo delírio metafísico. Descartes pode dizer que seguia “comme un homme que marche seul et dans le ténébres”. Não Hobbes, autor político em primeiro plano.

Logo, chegamos à questão essencial: “If the findings of civil science possess no inherent power to convince, how can we hope to empower them? How can we hope to win attention and consent, especially from those whose passions and ignorance are liable to make them repudiate even the clearest scientific proofs?”. Pergunta incômoda, que apresenta todo um programa de ação, nuclear, como sabemos, no século XVIII, era das Luzes e do Sapere aude. Mesmo em nossos dias é fácil encontrar, nos países mais cultos e “civilizados”, grupos enormes de pessoas que recusam as bases científicas e racionais em proveito dos mandamentos religiosos, tomados ao pé da letra. Basta recordar as “universidades” norte-americanas criacionistas, onde são proibidas disciplinas ligadas à teoria da evolução. Basta ler os jornais e revistas, abrir a televisão ou rádio, para toparmos com os berros dos fundamentalistas, que acreditam, de fato, ter o mundo cinco mil anos etc. Isto para não falar da criminoso manutenção de massas inteiras na ignorância, por estratégia política de dominação, como é o caso do Brasil e dos países sul-americanos. Tudo nos leva a concordar com Hobbes quando, no *Leviatã*, ele afirma serem as ciências um *small Power*, comparadas à demagógica eloquência. Os publicitários, os retores e sofistas do nosso tempo fazem presidentes, parlamentares, ministros, generais. Eles fazem até bispos e papas. A última novidade é que eles já começam a fazer deuses à sua imagem. Recentemente ocorreu, no Brasil, um encontro de marketing religioso, promovido pelo movimento carismático do catolicismo. Ali, uma agência famosa de publicidade foi contratada para vender um deus assimilável pelo homem urbano, em concorrência com os deuses de Edir Macedo e quejandos. A retórica não morreu. Quem está na beira do túmulo é a razão científica, defendida por um número diminuto de cérebros, especialmente nas universidades.

O velho mestre, Francis Bacon, dizia no aforismo célebre: “Knowledge and power meet in one”. O que foi “traduzido” de modo imprudente e errado como “saber é poder”. Não. Bacon tinha pleno conhecimento dos estragos que a eloquência, quando dirigida pela demagogia e lisonja, traria para o saber e para o poder. Saber e poder se encontram, se houver método, o instrumento que permite igualizar as bases dos cérebros humanos, fazendo-os, na maioria, capazes de ciência. Este é o alvo político da *Instauratio Magna*. Mas nunca o Chanceler da Inglaterra acreditou que a ciência fosse imediatamente idêntica ao poder. Por isto, em sua árvore do conhecimento, ele reservou um lugar para a retórica, a serviço da exposição da sapiência.

A tarefa também foi enfrentada por Hobbes. Como diz Skinner: “if the findings of civil science are to be credited, they will have to be proclaimed with eloquence, since reason cannot in itself hope to prevail”. Os

primeiros escritos hobbesianos pediam “attention” ao leitor. Agora, eles pedem “attention and consent”. Como dissemos, na *Instauratio Magna* Francis Bacon afirmara que a razão permaneceria servil e cativa enquanto não empregasse a “eloquência da persuasão”. Tendo recusado esta via, Hobbes, no entanto, nela penetra com os dois pés. Por exemplo, no *Leviatã*: “if there be not powerful Eloquence, which procureth attention and Consent, the effect of Reason will be little”. E Skinner passa a descrever o uso hobbesiano da retórica, com o adorno da verdade, como no velho preceito de Lucrecio, muito recordado por Bacon e pelo Renascimento: num copo de remédio amargo, colocar nas bordas o mel agradável. A receita é difícil. Bem sabemos o quanto os pensadores são “convidados” pela “opinião pública”, ou pelos governantes, a exagerar na dose melíflua, em detrimento do fel científico. Não foi por outro motivo que Espinosa recusou a cátedra de filosofia, em Heidelberg.

Para evitar o melado, o enpanturramento do enfeite e a simples reiteração do *ethos* opinativo, Hobbes pede ajuda de um velho arsenal, escondido nos porões da retórica e sempre evitado pelos pensadores “sérios”. Trata-se da fábrica das risadas, contra a vanglória dos que não sabem e imaginam saber, e contra o dogmatismo dos que não sabem e empurram “verdades” sobre as mentes do vulgo. Os últimos capítulos de Skinner trazem uma fascinante descrição destas técnicas satíricas na escrita hobbesiana, fornecendo do nosso pensador uma dimensão original e perfeitamente inteligível, consideradas as dificuldades para vingar a ciência no reino dos estultos. Os capítulos intitulados “The Provocation of Laughter”, “The Expression of Scorn: The Tropes” e “The Expression of Scorn: The Figures”, lembram ao leitor que Hobbes pertence à cultura que gerou Shakespeare, Swift, Joyce. E que ele freqüentou uma sociedade letrada onde os ecos de Erasmo e de Rabelais se faziam sentir fortemente, nas comédias de Moliere e nas sátiras de Boileau e, logo no século seguinte, nas peças mordentes de Voltaire, Diderot, Cazote.

A eficácia fulminante do riso foi assumida por Hobbes em boa hora. Como afirmou Henry More, em 1662, quando Hobbes escreveu o *Leviatã*, ele reconheceu que, no argumento político, “the humours and Bravadoes of Eloquence, especially amongst the simple, is a very effectual and serviceable instrument”. A receita foi seguida por todos os grandes pensadores políticos modernos. Mesmo Hegel, o muito sério especulativo, usou o ridículo contra o senso comum. É o caso das gargalhadas contra o pedante que exigiu a dedução do tinteiro, da caneta etc. usados pelo filósofo empiricamente. É o caso da velhinha sem honestidade e de seus ovos podres em “Quem pensa Abstrato?”. É o caso de muitas ironias, especialmente contra os românticos, ao longo da “Fenomenologia”, da “Lógica”, das “Lições” sobre quase tudo, ministradas em sua cátedra de Berlim. Marx também usou e abusou da sátira. Basta lembrar as invectivas — muitas de gosto duvidoso — dirigidas aos seus colegas hegelianos, na *Ideologia Alemã*. Schopenhauer ocupou-se do riso como base para a percepção do mundo como vazio enganador. Bergson desenvolveu muitas intuições importantes neste campo, aprimoradas de modo imagético por Marcel Proust.

Numa era onde a seriedade emburrecedora tomou conta dos intelectos, e das academias, consola encontrar, numa editora que integra uma das mais conservadoras universidades do mundo, a de Cambridge, um trabalho deste feitio. É tempo de traduzir o texto, para que se abra a cabeça dos fundamentalistas políticos que só pensam a partir de lugares comuns sem base científica e sem graça. Enquanto isto não ocorrer, enquanto as inteligências brasileiras não encontrarem a ciência e o riso ágil, elas perderão sempre para os truculentos de plantão, no Planalto ou nos quartéis. Vocês se lembram do bom Stanislaw Ponte Preta, nos dias mais sombrios do regime castrense? Para tudo há uma revolução e um Termidor. No riso, os antigos piadistas do Pasquim hoje expelem maus bofes, exigindo o fujimorismo no Brasil. Eles estão mortos e não sabem. Será preciso um Luciano para despertá-los do sono dogmático, por eles entendido, passe a ironia, como plano “real”.

Roberto Romano é Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* * *

